



**ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2022**

--- Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal, em quinta sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezoito horas, sob a presidência do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, secretariada pelos senhores secretários Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte e Vasco Miguel dos Reis Marques com a seguinte Ordem de Trabalhos: - Intervenção do Público, de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal; **PAOD; Ponto Um** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 30.11.2022, sobre as **“Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Tomar para o ano de 2023”**, ao abrigo da alínea c), do nº 1, do artº. 33º, e da alínea a), e o), do nº 1, do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro; **(Grelha C de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º, do Regimento da A.M.)**; **Ponto Dois** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 28.11.2022, sobre a **“Atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de primeiro e segundo grau e ao coordenador de proteção civil”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 24º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º, do Regimento da A.M.)**; **Ponto Três** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 28.11.2022, sobre a **“Abertura de procedimento concursal para dirigentes intermédios de segundo grau”**, ao abrigo do nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º, do Regimento da A.M.)**; **Ponto Quatro** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 30.05.2022, sobre o **“Contrato interadministrativo de delegação de competências na União das Freguesias de Serra e Junceira”**, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea m), do nº 1, do artigo 33º, e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º, do Regimento da A.M.)**; **Ponto Cinco** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 30.11.2022, sobre a **“Autorização para a realização de despesas plurianuais – Delegação na Câmara Municipal de competência da Assembleia Municipal”**, ao abrigo das disposições da alínea c), do nº1, e do nº 3, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º, do Regimento da A.M.)**; **Ponto Seis** - **“Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar”**, ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Sete** - **“Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia”**, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. O **Ponto 6** e o **Ponto 7** terão discussão conjunta **(Grelha C de Tempos a que se refere o número 4 artigo 35º do Regimento da A.M.)**.

--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Miguel José Costa Coelho Rodrigues, do seguinte teor: *“Por motivos pessoais não me é possível comparecer à 5ª Sessão Ordinária da A.M.T. do próximo dia 16 de dezembro, pelo que solicito a minha substituição. -----  
Melhores cumprimentos, Miguel Rodrigues”*.

--- Na sequência deste pedido, foi convocado o senhor deputado municipal Manuel António Diogo Carlos, do qual foi solicitado o pedido de substituição do seguinte teor: *“Manuel António Diogo Carlos, titular do C.C. 5019967 6 ZX1, válido até 31.08.2028, vem informar V. Exa. que, por motivos pessoais, lhe não é possível comparecer na 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal designada para o próximo dia 16 de Dezembro de 2022. -----  
Com os melhores cumprimentos, Manuel António Diogo Carlos”*.

--- Na sequência deste pedido foi convocado o senhor deputado municipal Tiago João pereira Duarte, do qual foi solicitado o pedido de substituição do seguinte teor: *“Venho pelo presente comunicar que devido a compromissos profissionais, que me obrigam a estar ausente da área do concelho, no próximo dia 16 de dezembro, data para a realização da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tomar, não poderei estar presente na dita assembleia. -----*



*Neste sentido, requer-se a V.Exa. que a falta seja justificada. -----  
Mais se reque a substituição pelo elemento seguinte da lista pela qual fui eleito, nos termos legais. ---  
Pede Deferimento. O Deputado Municipal, Tiago pereira Duarte". -----*

*--- Na sequência deste pedido foi convocada a senhora D. Catarina Isabel da Silva Ferreira Carrão, da qual foi solicitada o pedido de substituição do seguinte teor: "Uma vez que me encontro a gozar de licença de maternidade, não poderei tomar posse na sessão da Assembleia Municipal do dia 16 de dezembro de 2022. -----  
Solicito assim que seja convocado o próximo elemento da lista do PSD. -----  
Com os melhores cumprimentos, Catarina Ferreira Carrão". -----*

*--- Na sequência deste pedido foi convocada a senhora D. Maria Manuela Gomes Fernandes da Cunha Norte, da qual foi solicitada o pedido de substituição do seguinte teor: "Maria Manuela Gomes Fernandes da Cunha Norte, notificada para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, designada para o dia 16/12/2022, vem comunicar impossibilidade de tomar posse, pelo que solicita a sua substituição pelo elemento seguinte da lista. -----  
Com os melhores cumprimentos, pede deferimento, Manuela Norte". -----*

*--- Na sequência deste pedido tomou posse o senhor deputado municipal Luis Miguel Madeira Antunes Barroca da Cunha, portador do C.C. nº 08542023. -----  
--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Arlindo da Conceição Costa Nunes, do seguinte teor: "Venho por este meio, solicitar a minha substituição na 5ª Sessão Ordinária a ter lugar no próximo dia 16 de dezembro de 2022, por situações imprevistas. -----  
--- Na sequência deste pedido, foi convocado o senhor deputado municipal Nuno Miguel da Silva Ferreira do qual foi recebido o pedido de substituição do seguinte teor: "Venho por este meio solicitar a minha substituição especificamente na 5ª Sessão Ordinária da AMT – 16.12.2022, uma vez que não me encontro no concelho por motivos pessoais e familiares. -----  
Grato pela atenção. Ao dispor, Nuno Ferreira". -----*

*--- Na sequência deste pedido foi convocado o senhor municipal Marco António Belo Carvalho Bugalho Durão, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia: -----  
--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Pedro Duarte de Almeida Estanqueiro e Cunha de Carvalho, do seguinte teor: Venho por este meio solicitar a minha substituição na 5ª Sessão Ord. da AMT – 16.12.2022, uma vez que me encontro em Braga no XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista. -----  
Atenciosamente, Pedro Duarte Carvalho". -----*

*--- Na sequência deste pedido foi convocada a senhora deputada municipal Catarina Sousa Jorge, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----  
--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição da senhora deputada municipal Célia Maria Nunes Azevedo Bonet, do seguinte teor: "Por motivos profissionais não poderei estar presente na reunião de dia 16/12/2022. -----  
Pelo exposto, solicito a minha substituição. -----  
Grata pela atenção. Melhores cumprimentos, Célia Bonet". -----*

*--- Na sequência deste pedido foi convocada a senhora municipal Carla Maria Freitas Santos Joaquim, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----  
--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira, do seguinte teor: "Venho, pelo presente, comunicar que por compromissos assumidos, inadiáveis, me obrigam a estar ausente da área do concelho, no próximo dia 16 de dezembro, data para a realização da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tomar. -----  
Assim sendo, requer-se a V. Exa. a que a sua falta seja justificada. -----  
Mais se reque a sua substituição, pelo elemento seguinte da lista pela qual fui eleito, nos termos legais. Pede Deferimento. O Deputado Municipal Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira". -----*

*--- Na sequência deste pedido foi convocado o senhor deputado municipal José António Marques Figueiredo, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----  
--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição da senhora deputada municipal Maria Graciete da Purificação Reis Henriques Honrado, do seguinte teor: "Por motivos inadiáveis, não me será possível comparecer na próxima Assembleia Municipal do dia 16 de dezembro, pelo que solicito a minha substituição. -----  
Agradecida, apresento cordiais cumprimentos, Maria Graciete Reis Henriques Honrado". -----*



--- Na sequência deste pedido foi convocado o senhor municipal David Manuel Cascaes Alves, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal João Luis Cardoso Alves, Presidente da União de Freguesias de Casais e Alviobeira, do seguinte teor: *"Não vou poder estar presente na Assembleia de dia 16. ----- Deste modo venho solicitar a minha substituição pelo sr. Luis Freire, secretário da junta. ----- Cumprimentos, João Alves"*. -----

--- Na sequência deste pedido foi substituído pelo tesoureiro da União de Freguesias de Casais e Alviobeira, Luis Filipe Pinho Freire, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal António Rodrigues da Costa Graça, Presidente da Junta de Freguesia da Sabacheira, do seguinte teor: *"Vimos por este meio solicitar a substituição do Presidente António Rodrigues da Costa Graça, pelo Tesoureiro, Hélder Fernando de Jesus Graça, a representar a Freguesia da Sabacheira em seu lugar, na 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar dia 16 de dezembro (sexta-feira), pelas 20h00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho. ----- Com os melhores cumprimentos, António Rodrigues da Costa Graça"*. -----

Na sequência deste pedido, foi substituído pelo tesoureiro da Junta de Freguesia da Sabacheira, Hélder Fernando de Jesus Graça, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, do seguinte teor: *"Por não me ser possível estar presente na 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, no próximo dia 16dez22, por motivos de ordem particular, urgentes e inadiáveis, solicito a minha substituição pelo tesoureiro da Junta de freguesia, Mário Manuel Branco Matos., titular do CC 04650692. -----*

*Com os melhores cumprimentos, Américo pereira (Presidente da Junta)"*. -----

--- Na sequência deste pedido, foi substituído pelo tesoureiro da União de Freguesias da Serra e Junceira, Mário Manuel Branco Matos, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Estiveram presentes nesta sessão, para além da Mesa da Assembleia, os senhores deputados municipais: João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro; Ana Catarina Carvalheira do Rosário Pereira; Carla Maria Freitas Santos Joaquim; Susana Alexandra Ferreira Faria; António Manuel Lourenço dos Santos; Ricardo Jorge Martins Carlos; Marco António Belo Carvalho Bugalho Durão; David Manuel Cascaes Alves; Américo Matos Fernandes Costa; Bruno Vítor Domingos Graça; Paulo Alexandre Martins Mendes; José António Marques Figueiredo; Catarina Sousa Jorge; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares; Luís Miguel Madeira Antunes Barroca da Cunha; Alexandre Manuel Cardoso Antunes; Maria de Fátima Mendes Jacinto; Sílvia Paula Rosa da Silva; Carlos Manuel da Graça Simões Rodrigues; Francisco José Godinho Santos; Rui Cardoso Lopes; Amâncio Sequeira Ribeiro; António Marques Vicente; Hélder Fernando de Jesus Graça; Jorge Miguel Marques Pereira Graça; Luis Filipe Pinho Freire; Luísa Maria da Conceição Henriques; Mário Manuel Branco Matos e Augusto Manuel Barros Alves. -----

--- Estiveram presentes, em representação da Câmara, a senhora Presidente, Anabela Gaspar de Freitas o senhor Vice-Presidente, Hugo Renato Ferreira Cristóvão; a senhora Vereadora, Maria de Lurdes Ferromau Fernandes; o senhor Vereador, Tiago Manuel Henriques Carrão; a senhora Vereadora Filipe Alexandra Ferreira Fernandes; o senhor Vereador, Luis António Antunes Francisco e o senhor Vereador, Hélder Duarte Henriques. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, de acordo com o aprovado, por unanimidade, em reunião da Comissão Permanente, a presente sessão que teve início às 18h00, será suspensão, caso não termine às 24h00, e terá a sua continuidade no próximo dia vinte de dezembro, pelas 20h00. -----

--- Entrando no **Período de Antes da Ordem do Dia**, o senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

--- Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA, apresentou as moções respetivas; -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata, em relação à moção do Partido CHEGA referiu que, não lhe parece haver nada de ofensivo ao Presidente da Junta da Sabacheira, ao ponto de ser retirado essa parte. De seguida afirmou que, analisados os documentos, deram conta que esta Câmara é a Câmara dos ajustes diretos. Num ano, foram cinquenta e sete contratos, por ajuste direto, no regime geral, sessenta contratos, por consulta prévia e doze por concurso público, afirmando que a bancada do PSD estranha esta situação. Referiu que existem vários acordos do Tribunal de



Contas, onde referem que o ajuste direto deve ser um procedimento excecional e não uma regra. Lembrou um contrato, por consulta prévia simplificada, para aquisição de equipamento para a montagem do Centro Interpretativo Tomar Templário, no Complexo Cultural da Levada, com a empresa Boribox-Gestão Integrada do Património Cultural, Lda., com a data de contrato, em 27 de dezembro de 2021, e a data de publicação de 25 de fevereiro de 2022, e o prazo de execução de 120 dias, tendo sido largamente ultrapassado, com um valor de 207,515,00 euros, mais iva, questionando o que se está a passar com esta situação. De seguida, referiu-se a um ajuste direto, de um evento que está a realizar-se na Praça da República, e que faz notícia no jornal "Público", do qual consta que é para a aquisição de serviços, para a realização do evento "Tomar – O Centro Mágico de Natal de 2022", e que vai decorrer de 1 a 24 de dezembro de 2022, à empresa Sigma-Constellation, Lda., que é a mesma do ano passado, e cujo evento que não se chegou a realizar e, pensa ser a mesma que organizou a Elite Cup de Tomar. Referiu que fica com dúvidas, em termos legais, que no espaço de tempo de um ano, possa ser dado a esta empresa, a organização destes eventos. Disse julgar que, nos contratos públicos, é negada essa situação, parecendo-lhe que está a roçar a ilegalidade. Disse que se está a falar de cento e setenta e cinco mil euros, que mais iva, dá duzentos e quinze mil euros, para aparecer Tomar na televisão, e a senhora Presidente da Câmara a dar entrevista, como se fosse uma organização da Câmara, abandonando-se todo o espírito de Natal, que era feito no concelho de Tomar, com as associações e o voluntariado próprio. Questionou que espetáculo artístico é este, e o que aconteceu em 2021, em que se contratou a empresa, pagou-se, e o evento não se chegou a realizar, e se a Câmara foi ressarcida ou não. Sugeriu os exemplos de Santa Cita e Alviobeira, que souberam reinventar, e fazer aquilo que é verdadeiro, num espetáculo de Natal, não sendo necessário pagar aqueles valores.

--- Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária fez uma intervenção do seguinte teor: *"O rio Nabão foi nestes últimos dias, uma vez mais, vítima de um crime ambiental. Infelizmente é uma situação que já se transformou numa banalidade. Os responsáveis, esses, não se cansam e não desistem, que tal como contos de sereia, de nos fazerem acreditar que se trata de um fenómeno misterioso e, por isso mesmo, inevitável, que talvez com o passar do tempo e por si, se irá resolver. Nós dizemos que se trata de um crime ambiental, já sem mistérios, completamente esclarecido, com causas de há muito conhecidas e reconhecidas, com soluções técnicas que poderão avançar logo que essa seja a efetiva vontade dos responsáveis da Tejo Ambiente ao Governo. E não nos venham com a costumeira desculpa, de que não há recursos financeiros. É só uma questão de experimentarem, passarem a gastar os recursos disponíveis, naquilo que é verdadeiramente necessário ao país, e às populações. Ou então não tenham o desaforo de virem daqui a instantes, falarem em preocupações ambientais. Mas os responsáveis por este crime ambiental, continuam serenamente a assobiar para o lado, como se nada fosse com eles, convictos que estão da sua impunidade e que não lhe são assacadas responsabilidades. Convictos de que lhes bastará continuar a simular a sua profunda preocupação, a agitar promessas, sempre adiadas, com novas e mais promissoras promessas para sobreviverem, deixando tudo na mesma. Tem sido este o seu caminho. Como disse Lopes Graça, «é tempo de acordar».*

Por fim, afirmou o apoio à moção que PSD, apresentada sobre a discussão do Plano Ferroviário Nacional, porque é um tema estruturante para todo território, em que podemos eventualmente vir a beneficiar, se vier a conter algumas premissas. Lembrou que já foi de uma importância fulcral, para o concelho de Tomar, e para a Beira Interior, e não se deve deixar passar esta discussão e, encontrar formas de a poder debater e dizer da nossa justiça.

--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular, apresentou as moções respetivas, apelando à aprovação da moção referente aos 512 anos da Santa Casa da Misericórdia de Thomar, ao serviço dos tomarenses, sendo unanime a importância desta instituição para o concelho, e o trabalho que tem feito ao longo dos anos. Relativamente à moção sobre o "Estado do Concelho", pediu bom senso aos colegas, ao senhor Presidente da Assembleia e também ao Município, para que faça aquilo que parece sensato, óbvio, e julga achar que todos concordam e, se não concordam deviam concordar, porque alguma razão deve estar por detrás, tendo denotado alguma preocupação. Sobre a moção dos 48 anos do 25 de novembro de 1975, disse já ter falado sobre essa efeméride no passado, tendo os deputados municipais votado contra, referindo que gostaria de citar a frase "O 25 de novembro de 1975, é uma data tão importante para a afirmação da democracia pluralista, pluripartidária e civilista, que hoje temos, como a revolução dos cravos". Quem disse isto, foi Mário Soares, fundador do Partido Socialista. Apelou que, pelo menos aos senhores deputados do Partido Socialista, votem em consciência sobre aquilo que o fundador do Partido Socialista fez, e fez tanto, pela democracia. Por último, referiu a moção sobre a transparência municipal, a importância que se dever ter enquanto



fiscalizadores, daquele que é o trabalho do Município de Tomar, mas também, os cidadãos poderem ter acesso a essa informação e se tiverem dúvidas em votar a referida moção, convidou a visitarem o site, verificarem as várias páginas e a atualização, daquela que é a transparência deste Município. ---

--- António Manuel Lourenço dos Santos, do Partido Social Democrata, começou por afirmar que se comemora um ano de trabalho conjunto, de sessões, sendo a altura de fazer um balanço do que se fez, à luz das expectativas que foram criadas, pelo senhor Presidente, no discurso de tomada de posse. Lembrou de seguida, os eixos essenciais desse discurso. Começou por felicitar a senhora Presidente da Câmara, pelo caminho de desenvolvimento e progresso conseguido, sugerindo que se devia estar a referir aos 4000 habitantes que desapareceram de Tomar, nestes dez anos. Depois, enunciou duas traves mestras para os trabalhos da Assembleia Municipal, a primeira, devolver a Tomar tudo o que Tomar merece, e aí, disse estarem com certeza todos de acordo, e depois enunciou três princípios, consagrar a transparência, reforçar ou assegurar lealdade institucional, e assegurar o verdadeiro desempenho das suas responsabilidades e das suas atribuições. Em relação à transparência, referiu que, a situação é medíocre. Recordou como exemplo, que só há pouco tempo foram apresentadas as atas da Comissão Permanente. Quanto à lealdade institucional, e dependendo das perspetivas que se aborda este conceito, a Presidência da Assembleia Municipal, tem sido essencialmente uma plataforma vegetal, por um lado, e um agente de protocolo, por outro, e disse não parecer que seja bastante para estarem satisfeitos com o asseguramento da lealdade institucional, nomeadamente entre a Assembleia Municipal e a Câmara, porque ser uma plataforma postal, não é bastante e ser agente de protocolo também não. Sobre o escrutínio referiu que, por parte da Assembleia, tem sido sabotado sistematicamente, principalmente por duas entidades, a Presidência da Câmara Municipal e a empresa Tejo Ambiente, por não responderem às solicitações da Assembleia, com atraso de quatro meses, nas respostas a requerimentos. Referiu que, a Tejo Ambiente se recusa a cumprir aquilo que os seus próprios estatutos determinam, e o senhor Presidente da Assembleia limita-se a ser plataforma postal, recebe e envia, pelo que o panorama relativamente ao escrutínio, nem medíocre é, mas sim mau. Ainda sobre as questões enunciadas, na tomada de posse, o senhor Presidente da Assembleia, falou na criação e no trabalho de comissões especializadas. Sobre esta questão, afirmou estar efetivo numa e suplente em outra, e sobre as quais se mantêm um silêncio absoluto, como se não existissem, pelo menos naquelas em que diz pertencer. Falou também, no referido discurso, em valorizar os jovens, tendo afirmado já ter concedido uma audiência, a um grupo de jovens. Referiu também o reforço de verbas, e efetivamente há um aumento de 41% da dotação orçamental, dedicada à Assembleia, que passa de 67.800 para 95.800 euros, no entanto a questão interessante, é que todo este reforço se concentra em publicidade, e todas as outras se mantêm. Melhora-se na publicidade, mas o serviço, o desempenho, continua limitado, impedindo que o escrutínio seja efetivamente exercido. Falou também em informação pública das reuniões da Câmara e da Assembleia e, num ano, não foi bastante para implementar este ponto. Foi também referido nesse discurso, a realização de colóquios e conferências, sobre temas chave, tendo sublinhado que só se realizou uma, solicitando que seja devidamente executado, pela sua importância. Afirmou também, que a Assembleia Municipal deve ser parte integrante do debate sobre o futuro do concelho, e nada foi feito. Falou também, em descentralizar o funcionamento da Assembleia, sublinhando que, se conseguiu em doze meses, fazer uma sessão fora de Tomar, pelo que também não é entusiasmante este panorama. Referiu que, embora não tenha feito parte do compromisso do senhor Presidente da Assembleia, na tomada de posse, o episódio caricato das instalações, nada funcionais, atribuídas ao PSD. Afirmou que, o balanço que fazem pelo ano de desempenho, é muito insatisfatório, mas como faltam três anos, disse depositar todas as esperanças, para que consiga executar os compromissos a que se propôs há um ano atrás. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que está marcada uma reunião com o Partido Social Democrata, onde se vão abordar esses temas, agradecendo as notas, sublinhando que existiram mais assembleias descentralizadas e conferências neste mandato, do que nos últimos vinte anos, sendo um facto indesmentível, sublinhando o longo caminho a percorrer e, disse esperar, que o PSD assim esteja disponível. -----

--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (2ª intervenção), afirmou que irá votar favoravelmente todas as moções. Sobre a moção do rio Nabão, referiu que se começa a tornar repetitivo a discussão sobre a sua poluição, sendo triste ver essa imagem, que é recorrente e nada é feito para o evitar. Sobre o Plano Ferroviário Nacional, afirmou que deve ser dado todo o apoio. A questão da segurança, que diz ser um tema caro ao CDS, lembrando de ter sido um tema que apresentou, quando era jovem, no Conselho Municipal da Juventude, incluído num conjunto de propostas, ao executivo do PSD na altura, lamentando que depois se demore tanto tempo para que estas propostas, vejam a luz do dia. Deu um voto de louvor ao Partido Socialista, pela apresentação



da moção sobre o acompanhamento das famílias, porque diz concordar, em absoluto, com o referido tema, embora acompanhar não chegue, são necessárias medidas concretas para ajudar as famílias tomarenses. Relativamente à moção do Bloco de Esquerda, relativa à eliminação da violência contra as mulheres, referiu que, quer esta, quer a do 25 de novembro, falam de liberdade, convidando o senhor deputado municipal Paulo Mendes, a votar favoravelmente a do 25 de novembro. -----

--- Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista, relativamente ao conjunto de moções apresentadas, referiu a votação favorável do PS. Sobre o Plano Nacional Ferroviário, disse estarem disponíveis, e concordam com a sua discussão, acompanhando assim o PSD. Sobre a intervenção do senhor deputado municipal, António Lourenço dos Santos, do PSD e, relativamente ao trabalho das comissões, e sendo coordenadora de uma delas, esclareceu que, por dificuldades de agenda não foi possível marcar uma reunião da Comissão de Atividades Económicas e Turismo, para dezembro, realizando-se no dia 10 de janeiro, pelas 18h00, sendo a convocatória enviada na próxima semana. --- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, nos últimos dias reuniram duas comissões, a da Saúde e a do PDM, -----

--- David Manuel Cascaes Alves, do Partido Social Democrata, em relação à moção que o PSD apresentou, sobre a defesa do rio Nabão, referiu que é triste dizer isto, mas muito pouco há a falar, e está na hora de passar das palavras aos actos, e pior será difícil assistir. Questionou que, quando se pretende que Tomar seja uma cidade de turismo, é isto que vamos mostrar a quem nos visita. Terminou dizendo que, se deve exigir mais pressão política a quem de direito. -----

--- Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata, começou por afirmar que o PSD irá votar favoravelmente todas moções, e é de saudar que, na presente sessão, exista uma quase unanimidade, sobre os temas que são apresentados. De seguida referiu-se ao açude da roda do Mouchão, que não devia ser permanente, e parece que passou a isso, e que nesta altura de chuva e elevado caudal, poderá ter uma influência grande na Av. Marquês de Tomar, com consequência de possíveis cheias, solicitando explicações sobre esta situação. -----

--- Paulo Alexandre Martins Mendes, do Bloco de Esquerda, começou por relevar a existência de 15 moções e, que de uma forma geral reúnem consenso. De seguida, chamou a atenção sobre alguns aspectos, que lhe parecem pertinentes. O primeiro, em relação à moção do Partido CHEGA, sobre o combate ao crime e à promoção da segurança, que disse não conseguir concordar com o primeiro parágrafo, que diz que *“o concelho de Tomar assiste ao aumento da criminalidade que afeta a vida da maior parte da população”*, porque quem ler isto, parece que estamos a viver numa zona de conflito, ou num país em guerra, e disse achar manifestamente exagerado. Outra aspecto referente à moção do Partido CHEGA, que acha pertinente referir, é que a Câmara Municipal de Tomar, não pode incluir a terapia com os cães, nos programas letivos, porque são da competência do Ministério. Sobre a moção, também do Partido CHEGA, relativa à poluição do rio Nabão, referiu que o deputado municipal Américo Costa vai estar a votar em causa própria, porque refere que *«as “sucessivas queixas” de associações ambientais, de todas as forças políticas, da população e inclusive, eu próprio, Américo Costa»*. De seguida referiu que, o Bloco de Esquerda volta a trazer uma moção sobre a *“Eliminação da violência contra as mulheres”*, em que a 25 de novembro se comemora o seu Dia Internacional, e diz entender, que no país vive-se uma espécie de guerra civil, porque desde 2004 até presente ano, mais de seiscentas mulheres, foram vítimas mortais, à mão de maridos, namorados, ex-maridos, ex-companheiros, e é uma situação que tem de ser denunciada e alguma coisa, ser feita, urgentemente, para a evitar. Depois de referir o relatório com os nomes e números de vítimas, solicitou à Assembleia Municipal, que saúde as iniciativas do dia 25 de novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, movimentos e serviços sociais do Estado, que prestam apoio às mulheres, vítimas de violência e lutam pela erradicação da violência, na sociedade portuguesa e em todo o mundo. Terminou afirmando que, também tem de ser feita alguma coisa no concelho de Tomar porque, infelizmente, não está afastado deste problema. -----

--- Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária (2ª intervenção), apresentou as três moções da CDU nomeadamente, sobre as portagens, chamando a atenção, para a importância que estes troços de autoestrada têm, em termos da prestação de cuidados de saúde, e deveria de merecer a atenção do Governo, para que estas portagens, fossem isentadas de pagamento, e é tempo de se lutar, de uma forma coerente, lembrando que, recentemente foram enviadas para a Assembleia da República, mais de dez mil assinaturas, pedindo esta isenção. Sobre a prestação de serviços do Centro de Distribuição Postal de Tomar, afirmou ser um problema nacional, que os cidadãos do nosso concelho também sofrem, assim como a economia, os pequenos e grandes empresários, com todos os atrasos que se continuam a verificar. Sobre a moção relativa aos cuidados de saúde primários, que



decorre da situação do Serviço Nacional de Saúde, transversal não só aos cuidados primários, como aos serviços hospitalares e cuidados continuados, sendo necessário revigorar, e fazer algo de forma a colocar o Serviço Nacional de Saúde a funcionar. Sublinhou que, o que se tem estado a passar, nos últimos meses, no concelho de Tomar, é dificultar a inscrição de novos utentes, em muitas das extensões das freguesias, sendo muito preocupante. Pelo que soube, nas extensões da Freguesia de Além da Ribeira, da Sabacheira e da Beselga, o médico que lhes presta serviço, só o fará até ao fim do mês, segundo informação que dispõe, abandonará ACES do Médio Tejo. Propôs que a Assembleia Municipal, se disponibilize em trabalhar, junto do ACES do Médio Tejo, no sentido de estudar de uma eventual reformulação de serviço, que melhore a situação, não podendo, no entanto, ser feita beneficiando uns, à custa de outros. Lembrou que, em determinado momento, registou-se uma pressão grande, sobre algumas extensões de saúde das freguesias, para as pessoas se inscreverem nas Unidades Familiares de Tomar, os senhores Presidentes de Junta resistiram, e as extensões foram salvaguardadas. Saliu que, continuamos a assistir ao mesmo fenómeno, e que nada pode ser feito, sem ouvir os senhores Presidentes de Junta, e a as populações das freguesias rurais. -----

--- Alexandre Manuel Cardoso Antunes, do Partido Social Democrata começou por agradecer ao deputado municipal Francisco Tavares, afirmando que, o PS não apresenta muitas moções, porque concordam com o que o Município tem feito, e com aquilo que são as suas políticas e ações que têm desenvolvido, em prol de Tomar e dos tomarenses. Afirmou também que, a generalidade das moções apresentadas, e como o deputado municipal Lourenço dos Santos referiu, a Mesa e a Presidência da Assembleia, ao recebê-las, fazem de correio e começa a ser um paradoxo. Sobre a intervenção do deputado municipal João Tenreiro, relativa aos ajustes diretos, afirmou que o evento que está na Praça da República, foi um sucesso para a generalidade dos tomarenses, e teve custos. Disse concordar com aquilo que é a representatividade do concelho, através das associações. Realçou a gestão dos serviços do Município, na questão do controle e contenção de cheias, ou de não cheias, do rio, nos últimos dias, apesar da grande quantidade de chuva que se registou. -----

--- Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA (2ª intervenção), em relação à intervenção do deputado municipal Paulo Mendes, respondeu que, exagerou um pouco em relação ao combate ao crime, salientando que não devem viver na mesma cidade e diz saber coisas que, possivelmente o referido deputado municipal não sabe. Referiu que, o Bairro 1º de Maio, é um gueto e tem de haver medidas preventivas, até para proteger a população que lá existe, que merecem condições de segurança, referindo também o Bairro de N. Sra. dos Anjos. Sobre a questão do rio, sublinhou uma gafe, afirmando ser um pioneiro a dizer que, *o rei vai nu*, lembrando que também o deputado municipal da CDU, foi e é um lutador. Referiu que, a ex-deputada Fabíola, do BE, foi uma grande defensora, e fez um grande trabalho sobre o rio Nabão, e que o deputado municipal Paulo Mendes ao dizer isso, está a dar-lhe *uma facada pelas costas*. Afirmou que, também, o Presidente da Assembleia Municipal, Hugo Costa, foi um grande defensor do rio, na Assembleia da República. -----

--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (3ª intervenção), em relação à intervenção do deputado municipal do Partido Socialista, afirmou que, é bom sinal a Mesa ter muito trabalho com o envio de e-mail's, é porque estão motivados em trabalhar por Tomar, agradecendo mais uma vez a moção apresentada pelo Partido Socialista, quantas mais melhor, para trabalhar em harmonia, para o concelho. Sobre o evento que se está a realizar na Praça da República, afirmou que, o que está em causa, é a transparência do processo e da forma como foi feito. Considerou que, o evento está bonito e profissional, e que as associações com certeza, não teriam forma, nem dinheiro para o tornar tão bonito. -----

--- Augusto Manuel Barros Alves, Presidente da União de Freguesias de S. João Baptista e Santa Maria dos Olivais, começou por afirmar que nasceu à beira do rio, pelo que o conhece bem, e terá que louvar a Câmara, por o ter mandado limpar, em toda a sua extensão, até ao açude de Marianala, porque sem isso, Carvalhos de Figueiredo, Marmelais, estariam nesta altura, inundadas e andaria talvez a passar a EN 110. -----

--- Paulo Alexandre Martins Mendes, do Bloco de Esquerda (2ª intervenção), esclareceu que a luta pela poluição do rio Nabão, sempre lhe foi grata, assim como ao Bloco de Esquerda, e quando se referiu ao deputado municipal Américo Costa, teve a ver que ao votar, estava a fazê-lo em causa própria, salientando que não lhe parece muito legítimo, e seria evitável, convidando-o, e como está lá o nome, devia optar pela abstenção. Sobre a criminalidade, voltou a frisar que o referido primeiro parágrafo, lhe parece excessivo, porque parece que a maior parte da população, ou é criminosa, ou é vítima de crime, pelo que o parágrafo não deveria estar escrito daquela forma. Por último, afirmou que, a criminalidade é algo que preocupa a todos, deve ser combatida, considerando que Tomar, não tem a maior parte da população atingida pela criminalidade. -----



--- Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista (2ª intervenção) relativamente à moção sobre a segurança, afirmou que, o Partido Socialista entende que o texto não condiz com a realidade, sendo óbvio que estão preocupados com as questões de segurança, considerando um texto excessivo, e que não espelha a realidade que se vive no concelho de Tomar. Afirmou que, não pode deixar de lamentar as declarações que o senhor deputado municipal Américo Costa, proferiu contra as pessoas que vivem nos bairros sociais, porque não são guetos, lembrando que guetos, era o que se tinha no Flecheiro, e agora já não se tem. -----

--- Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA, (3ª intervenção) referiu, em relação à intervenção da senhora deputada municipal do Partido Socialista, que a avó viveu naquele bairro, durante sessenta anos, daí dizer que o conhece muito bem, e que aquilo que disse foi, que se ia transformar num gueto perigoso, e as medidas que apontou, são preventivas, para evitar essas coisas. Disse que não pretendeu ofender ninguém, porque são pessoas que conhece, e de quem disse gostar. Afirmou que, se querem fazer de Tomar uma cidade de turismo, Tomar tem de ter noite. Questionou porque acabou a noite em Tomar, respondendo que todo a gente sabe. -----

--- Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões formuladas pelo deputado municipal João Tenreiro e, relativamente ao ajuste direto do Centro Templário, disse tratar-se de uma candidatura no âmbito do Turismo de Portugal, foi feito um contrato, que está suspenso, a pedido da empresa que foi contratada, por alguma dificuldade na entrega de materiais, os quais a empresa também está à espera e, obviamente não há pagamentos. Relativamente ao ajuste direto do Natal, referiu que, foi respondido um requerimento do PSD, com o processo todo, referindo que, os senhores Vereadores do PSD solicitaram umas faturas que serão entregues. Em relação a 2021, e conhecendo o CCP, afirmou que, quando se anula um evento, após a contratação, a entidade que é contratada tem direito a receber a totalidade do contrato, e não foi isso que aconteceu, e foi precisamente para detetar essa matéria, que os senhores Vereadores do PSD, requereram essas faturas. A Câmara pagou aquilo que foi o trabalho efetuado, porque um evento não se monta na semana anterior. Em relação ao Natal deste ano, afirmou que, todas as questões foram respondidas à jornalista, por escrito, e não aquilo que foi insinuado, que não estava lá ninguém para fazer o contraditório e, responderá, como respondeu à jornalista, porque não há nada a esconder, em matéria do processo. Lembrou que, Tomar nunca teve um evento de Natal e, sendo certo que para Tomar, um dos sectores em que se deve apostar, e isso nunca foi escondido, é o turismo, e para isso, temos de ter eventos que diminuam, aquilo que é a sazonalidade do turismo. Essa sazonalidade, é marcada entre os meses de novembro e março, embora o mês de novembro, está de alguma forma, não por iniciativa de Tomar, mas de eventos na Golegã, minimizada naquilo que é a sazonalidade da hotelaria de Tomar em novembro. Daí ser intenção, já o ano passado, de criar um evento que marcasse o dezembro. Salientou que há vários concelhos, junto a Tomar, que têm iniciativas de Natal, então tem de ser feito algo diferente dessas iniciativas. E a questão do ajuste direto, com base em critérios materiais, não vai para a animação ou carrocel, mas sim para peças de autor, onde temos a declaração dos artistas que produziram essas peças, que não podem ser utilizadas em mais nenhum evento de Natal. Afirmou que, supondo que no final do evento, e é um pressuposto, tem de ser feita uma avaliação e ser apresentado um relatório do impacto no território do evento, então decide-se se para o ano, se fará o evento nestes moldes ou em outros. Disse que, imaginemos que o Município de Tomar, decide não fazer o evento para o próximo ano, as peças utilizadas em Tomar, não podem ser utilizadas noutra local. Sobre a ElitCup referiu que, é um torneio organizado pela Associação de Clubes, em pareceria com a Federação Portuguesa de Patinagem, onde a referida empresa tem exclusividade, e só ela pode fazer aquele evento, seja ele realizado em Tomar ou em outro ponto do país. Sobre o açude da roda do Mouchão, referiu que o açude é fixo, sugerindo a leitura do livro de Nini Ferreira, sobre a roda do Mouchão, onde isso é referido. Lembrou que a colocação do açude fixo, teve de ser trabalhado com a Agência Portuguesa do Ambiente, e não pode prejudicar aquilo que está previsto em Plano de Gestão de Risco de Inundações, não tendo impacto naquilo que são as cheias, pelo que se irá manter. Lembrou que, aquilo que se assistia ao longo dos anos, e sem qualquer tom de critica, para se reconstruir o açude, eram gastos cerca de sete ou oito mil euros, em materiais, sem contabilizar o trabalho, e com um pouco mais, consegue-se um açude fixo, e não prejudica, em nada, as cheias. Afirmou que, o trabalho que tem estado a ser feito no rio Nabão, e nas linhas de água no concelho de Tomar, é para manter. O histórico das cheias, revela-se em meio urbano, por aquilo que mede o Agroal, com 2,80m, mesmo com as obras do POLIS, que foram importantes, mas com essa medida no Agroal, normalmente havia risco de cheia, em meio urbano. Esta semana atingiu-se 3,00m no Agroal, e não houve risco de cheia, embora tivessem sido avisados os comerciantes, tomando-se medidas de precaução, uma obrigatoriedade, como prevenção. Sublinhou, a continuação das intervenções no rio Nabão, na ribeira



da Beselga, na ribeira de Seiça e na ribeira de Ceras, também para intervir, como as maiores linhas de água no concelho. -----

--- Carlos Manuel da Graça Simões Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira, começou por convidar os presentes, a visitarem o evento da Aldeia Natal, em Santa Cita, sendo o segundo ano da sua realização, tendo um cariz muito próprio, foi um sucesso o ano passado, e este ano terá um espaço coberto para as crianças. Relativamente ao evento que se realiza na Praça da República, esclareceu que em 2021, o evento Aldeia Natal de Santa Cita, esteve em risco de não acontecer, por diversas vicissitudes, que a senhora Presidente da Câmara conhece. O subsídio do Município, do ano passado, foi de oito mil euros, tendo mendigado para que subisse dos cinco mil euros para os referidos oito mil euros, e este ano, é de cinco mil euros. Questionou quanto foi pago, em 2021, para não fazer o evento em Tomar, lembrando o esforço que foi feito em Santa Cita para o realizar, e este ano, o subsídio foi reduzido. Sublinhou que é desconfortável, um Presidente de Junta, do Partido Socialista, ver a verba reduzida, e que Santa Cita e a Asseiceira, não mereciam, até pelo evento do ano passado. Terminou dizendo ser um lamento que não podia deixar de fazer. -----

--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (4ª intervenção) referiu que, como cidadão e político, e sendo os impostos pagos por cada um, para poder fazer eventos, e achando o evento bonito sublinhou, no entanto, que se pagou mais dinheiro, para que o evento no ano que vem, não for feito em Tomar, não pode ser feito noutra local, afirmando que não pagaria esse valor, porque é dinheiro público. Disse não fazer sentido, o Município de Tomar pagar mais dinheiro, para garantir que, se no próximo ano não o quiser realizar, mais ninguém o pode fazer, o dinheiro público não serve para isso. -----

--- Senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção) em resposta ao deputado Municipal Francisco Tavares, referiu que, se optarem por não fazer, outros poderão utilizar, têm é de indemnizar a Câmara, não se perdendo tudo. -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (2ª intervenção) questionou, quanto é custou o evento, por não ter sido feito o ano passado, já que foi adjudicado por cento e cinquenta mil euros. Relativamente à intervenção do deputado municipal Alexandre Antunes, afirmou que, Ourém pagou quarenta mil euros, um pouco diferente do que Tomar está a pagar pelo evento desta natureza. Questionou a senhora Presidente da Câmara, que peças de autor são essas que estão na Praça da República, e quais os artistas que justificam cento e cinquenta mil euros, mais iva. -----

--- Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata (2ª intervenção) referiu que, sendo o processo gerido com antecedência e, existindo essa necessidade de cancelar, a empresa tem de ser ressarcida, o que é perfeitamente natural. A questão que estranha, é que o contrato foi assinado pela senhora Presidente da Câmara, no dia 18 de novembro de 2021, e custa-lhe acreditar na questão da antecedência, e na falta de capacidade de previsão, de que o evento não iria acontecer, porque nesta data, ou é para ir, ou não é para ir. Perguntou se neste ajuste direto das obras de arte, já estão incluídas, a segurança, e a eletricidade, ou se é a Câmara que as paga à parte. -----

--- Senhora Presidente a Câmara Municipal (3ª intervenção) respondeu que, o ano passado foram pagos cento e vinte quatro mil euros, mais iva, e estava adjudicado por cento e cinquenta mil euros, mais iva. Afirmou também que, se estava em período de pandemia e, quando foi decretado mais um estado de alerta ou de calamidade, não se recordando bem, o evento teve de ser cancelado, porque foram tempos difíceis para se planear a prazo, embora se conseguisse com dois ou três dias de antecedência. Referiu que, o contrato foi assinado em meados de novembro, mas já se andava a trabalhar com a empresa, a algum tempo e, foi confiando com o procedimento que devia ser feito. Foi solicitada à empresa, uma relação dos custos que tinha tido com o evento, tendo ficado de fora o alojamento, e dentro do contrato vai tudo "chave na mão". As iluminações de Natal, é um procedimento que a Câmara tem à parte, tendo-se pedido uma redução de 40% nas ruas, e um menor número de horas, em relação ao ano passado. Quanto à segurança, disse não saber dar resposta naquele momento. -----

--- Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata (3ª intervenção), disse compreender aquilo que a senhora Presidente afirmou, até a relação de confiança com a empresa, existindo compromissos que foram assumidos, ficando de fora o alojamento. Afirmou que, grande parte dos custos, estará associado à produção das peças, e se esse custo já foi alocado o ano passado, então com certeza no contrato deste ano, não se está a pagar rigorosamente nada, relativamente à produção das peças. -----

--- Senhora Presidente da Câmara Municipal (4ª intervenção) informou que, houve uma redução de custos, em relação aos de este ano. Há coisas que não podem ser comparadas, um evento que dura quatro ou cinco dias, de um evento que dura um mês. Um trabalho que foi feito, junto das escolas do



distrito, e dos que estão à volta, mas também junto das escolas do concelho, para a visita ao evento, e isso também tem de ser tudo contabilizado, embora afirmasse perceber que essa não é a linha do PSD, mas é a linha da Câmara. -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (3ª intervenção) entreviu para fazer um ponto de ordem, que vão apresentar um requerimento por escrito, porque a senhora Presidente, não nos disse quem são os artistas, quais são as peças em concreto, e o que é que ficou dos cento e vinte e quatro mil euros, mais iva, para a Câmara, pagos o ano passado e porque não foram utilizados este ano, tendo em conta que se está a falar de dinheiros públicos, e ver todo o procedimento, porque o CCP, fala em questões de circunstâncias e, houve uma alteração clara de circunstância e, considera que foi lesado o interesse público, com a atitude de pagar o montante de cento e vinte e quatro mil euros, mais iva, por um evento que não se organizou, sublinhando que lhe parece muito grave e não irão largar este assunto. -----

--- Senhor Presidente da Assembleia referiu que o requerimento ao dar entrada, terá o procedimento normal dos requerimentos. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal CDS/Partido Popular, do seguinte teor: -----

**“MOÇÃO DE SAUDAÇÃO – 512 ANOS DA SCMT -----**

*Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tomar. - No passado dia 8 de dezembro a Santa Casa da Misericórdia de Tomar assinalou os seus 512 anos de Serviço à Comunidade. -----*

*A Santa Casa da Misericórdia de Thomar foi instituída por El Rei D. Manuel I por Alvará de 8 de Dezembro de 1510, trata-se de uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informando pelos princípios da doutrina e moral cristãs. -----*

*O conjunto de áreas de intervenção da Santa Casa da Misericórdia de Tomar são fundamentais e imprescindíveis para os tomarenses, particularmente dos tomarenses que mais apoio precisam, como sendo as crianças, os doentes, os mais carenciados e os nossos idosos. -----*

*ASSIM, o Deputado Municipal do CDS-PP, vem pela presente moção propor: -----*

*• Que se aprove um voto de saudação à Santa Casa da Misericórdia de Tomar pelos 512 anos ao serviço dos tomarenses. -----*

*10 dezembro 2022. -----*

*O Deputado Municipal do CDS/PP – Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares”. -----*

--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal CDS/Partido Popular, do seguinte teor: -----

**“MOÇÃO - ESTADO DO CONCELHO -----**

*Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tomar. - No passado dia 17 de Junho de 2022, realizou-se uma sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Tomar, exclusivamente para discussão do “Estado do Concelho”. -----*

*Uma sessão com duas particularidades, por um lado a primeira a ser descentralizada, neste caso na UF Além da Ribeira Pedreira e a primeira para discussão exclusiva do Estado do Concelho, que passará a ocorrer anualmente. -----*

*Foi uma iniciativa que contou com o acordo de todas as forças e movimentos partidários do concelho e em que foram debatidos pontos estruturantes e de uma importância vital para o nosso concelho. ---*

*Por questões técnicas, relacionadas com a falta de cobertura de internet no local onde se realizou a sessão, não foi possível transmiti-la em direto como é hábito em todas as sessões deste órgão. Por diversas vezes, seja em reuniões da Comissão Permanente ou mesmo da Assembleia Municipal, já foi solicitado que a gravação seja partilhada nas redes sociais do município. Tal pedido já foi, por diversas vezes aceite pela Srª Presidente da Câmara Municipal. -----*

*No entanto, sem uma justificação válida, a gravação daquela sessão continua a não constar das redes sociais do município. -----*

*Aproveitando que o final do ano é, para muitos tomarenses um momento de reflexão, a Assembleia Municipal de Tomar delibera que a Câmara Municipal: -----*

*• Partilhe até ao final do presente ano, a gravação da sessão extraordinária de 17 de junho de 2022 nas redes sociais do município; -----*



• Sempre que não seja possível a transmissão em directo (e conseqüente publicação) das sessões nas redes sociais do município, seja publicado numa publicação posterior até um mês da sua realização. - 10 dezembro 2022 -----

O Deputado Municipal do CDS/PP – Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares”. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal CDS/Partido Popular, do seguinte teor: -----

**“MOÇÃO DE SAUDAÇÃO** -----

**48 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975** -----

*Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tomar. - No passado dia 25 de Novembro comemorou-se o 48.º aniversário sobre uma data que consolidou o Portugal plural e democrático no qual vivemos actualmente. O 25 de Novembro, ato irrepitível da nossa história, marca indelevelmente o fim da transição revolucionária em Portugal. No período pós-25 de Abril, Portugal viveu, sobre o olhar atento das grandes potências mundiais, um período de tensão política e social. Celebrar o 25 de Novembro de 1975 é, assim, celebrar o triunfo do pluralismo e dos valores democráticos, rejeitando uma visão autocrática de Portugal e não sucumbindo às manobras tácticas e estratégicas de uma franja radical da sociedade, que levariam a um novo regime autoritário, de sinal contrário, em Portugal. -----*

*Essa viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental, que, nos últimos 46 anos foi, e continua a ser, partilhado pela esmagadora maioria do povo português. -----*

*É sob o signo dessa unidade feita pela história que celebramos o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo. Alguns poderão achar que esta evocação é supérflua, outros, como nós, pugnarão por assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia, à imagem do que celebramos na evocação do 25 de Abril de 1974. -----*

*ASSIM, o CDS-PP, vem propor que esta Assembleia Municipal: -----*

*Aprove a presente moção de saudação pelos 48 anos do 25 de Novembro de 1975, saudando todos aqueles que colocaram novamente Portugal na senda da democracia, da paz e da liberdade com notável aprumo militar e grande coragem política e moral; e -----*

*Manifeste o seu agradecimento a todos os que ousaram contrariar a deriva totalitária, com particular ênfase ao denominado “Grupo dos Nove”, ao coordenador operacional General Ramalho Eanes, e a todas as unidades militares da Região Militar de Lisboa que consubstanciaram a derrota da mesma, com destaque para os Comandos da Amadora. -----*

*10 Dezembro 2022 -----*

O Deputado Municipal do CDS/PP – Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares”. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido rejeitada, com dezassete votos contra do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda catorze votos a favor Partido Social Democrata, CDS/Partido Popular e Partido CHEGA, e uma abstenção do deputado municipal Mário Manuel Branco Matos, em representação do presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do CDS/Partido Popular, do seguinte teor: -----

**“MOÇÃO - TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL** -----

*Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tomar, do dia 16 de Dezembro de 2022. -----*

*O CDS-PP acredita que, para que o Poder Local possa oferecer um serviço público de excelência, o mesmo deve implementar todos os mecanismos que se considerem necessários para que o exercício de funções responda às necessidades dos cidadãos, de uma forma transparente e coesa. -----*

*A corrupção é o maior adversário da democracia contemporânea, sendo dever de todos os autarcas democraticamente eleitos pugnar por uma melhor administração dos bens públicos. Igualmente, cabe ao órgão público criar e manter o registo de todos os documentos que devam ser disponibilizados para apreciação da população. -----*

*Ora, o índice de Transparência Municipal (“ITM”) tem como objetivo medir o grau de Transparência das Câmaras Municipais para com os seus munícipes, através da análise disponibilizada no website das mesmas para consulta dos munícipes, e o qual é composto por 76 indicadores agrupados em sete dimensões: -----*



- 1) Informação sobre a Organização, Composição Social e Funcionamento do Município; -----
- 2) Planos e Relatórios; -----
- 3) Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos; -----
- 4) Relação com a Sociedade; -----
- 5) Contratação Pública; -----
- 6) Transparência Económico-Financeira; -----
- 7) Transparência na área do Urbanismo. -----

Os resultados do ITM de 2017 apresentam o Município de Tomar na 253ª posição. Tal posição não poderá ser aceite com naturalidade e todo o eleito deverá questionar-se sobre situação apresentada, cabendo-nos promover, desde logo, a partilha de toda a informação relevante e, conseqüentemente, o debate político para a melhoria das condições de vida de todos os nossos concidadãos. -----

Assim, e considerando que: -----  
A confiança dos eleitores no Poder Local é essencial para o desenvolvimento e manutenção da democracia participativa e pluralista saudável; -----

O Poder Local, sendo o principal elo de ligação entre o poder político e a população, deve basear a sua intervenção na óptica do exemplo e da transparência para com os munícipes; -----

A transparência é um princípio fundamental na gestão dos fundos públicos, devendo garantir-se que todos os cidadãos afetados possam ter acesso às principais informações, decisões administrativas, transações económicas; -----

O website do Município deve refletir a imagem e a organização do Executivo, tanto para os munícipes como para quaisquer agentes públicos e privados, existindo sempre margem para melhorar a sua apresentação; -----

Na atual era digital, uma administração autárquica moderna, deve apostar em melhorar a sua governança e servir o interesse público, investindo na qualidade da respetiva transparência municipal; O CDS-PP vem apresentar a presente moção, propondo que a Assembleia Municipal de Tomar delibere que o Executivo Municipal: -----

- Inicie uma revisão com vista a reorganização do website do município, onde capacite a disponibilização, de forma fácil e intuitiva, da seguinte informação (lista não exaustiva): -----
- Informação sobre o património da autarquia, com lista dos bens próprios, móveis ou imóveis, bem como bens administrados pela autarquia, dados em concessão ou cedidos para exploração; -----
- Código de Ética (ou de Conduta) do Município; Contratos de Prestação de Serviços (regime de avença e tarefa) celebrados (tipo e montante); -----
- Lista de trabalhadores autorizados a acumular funções públicas e privadas (incluindo o prazo e entidades); -----
- Lista de permutas de terrenos como Município e de venda de terrenos municipais, respetivas localizações e valor da permuta ou venda; -----
- Nota Biográfica / CV dos membros do Executivo; -----
- Número de contratos adjudicados por cada fornecedor; -----
- Todos os planos municipais; -----
- Relatórios de atividades do Município; -----
- Relatórios de Sustentabilidade do Município; -----
- Relatórios de Observância do Direito de Oposição; -----
- Relatórios do Balanço Social Anual do Município; -----
- Gravações das reuniões de Câmara municipal, devidamente ordenadas e com a devia ata aprovada; -----
- Impostos e taxas em vigor; • Agenda com as reuniões de Câmara agendadas; -----
- Atualização do "Portal da Transparência" no site do Município com os dados mais atuais. -----

10 Dezembro 2022 -----  
O Deputado Municipal do CDS/PP – Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares". -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do grupo municipal do CDS/Partido Popular, a retirada do parágrafo "Lista de trabalhadores autorizados a acumular funções públicas e privadas (incluindo o prazo e entidades)", por colidir com os direitos de proteção de dados, tendo sido aceite a sua retirada. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, com a alteração introduzida, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido CHEGA, do seguinte teor: -----



*"MOÇÃO - Combate ao Crime e Promoção da Segurança -----  
O Concelho de Tomar assiste a um aumento da criminalidade, que afeta a vida da maior parte da sua população. -----*

*As estatísticas podem dizer o contrário, mas tal deve-se ao facto de os lesados não apresentarem queixa-crime, muitas vezes por falta de recursos financeiros ou por não acreditarem nas instituições. - Têm sido registados e noticiados assaltos a residências e estabelecimentos comerciais, sendo que estes factos acabam por estar muitas vezes relacionados com problemas de droga e toxicodependência. -----*

*Existem motivos para estarmos todos preocupados com esta situação. -----  
Temos de atuar! -----*

*-É necessário promover de imediato medidas urgentes no sentido de inverter todos estes factos. Assim sendo, a Assembleia Municipal de Tomar, 5ª Sessão Ordinária, reunida em 16/12/2022, manifesta a sua preocupação pela segurança do concelho de Tomar e delibera: -----*

*1. Solicitar à Câmara Municipal que seja convocado de imediato o Conselho Municipal de Segurança e que inicie uma política de apoio às Instituições de Tomar, que têm um papel insubstituível na prevenção do crime. -----*

*2. Exigir ao Ministério da Administração Interna o reforço dos efetivos da PSP e da GNR, tendo em consideração a população existente; -----*

*3. Que seja elaborado um Plano Municipal de Segurança com projetos e ações, em articulação com o Governo Central e demais instituições ligadas à segurança pública. -----*

*4. Que seja analisada a possibilidade de instalar câmaras de vigilância monitorizadas na cidade de Tomar. -----*

*5. Que seja adotado um Plano Estratégico de Iluminação, visando dar maior segurança a pontos cruciais de circulação, principalmente nas áreas de jardins ertos e bairros da cidade; -----*

*6. Implantação de um Programa de Combate ao consumo de Droga, articulando e colaborando com os órgãos de segurança em todas as suas ações. -----*

*O deputado eleito pelo Partido CHEGA, Américo Costa". -----*

*--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido rejeitada, com dezasseis votos contra do Partido Socialista e Coligação Democrática Unitária, quinze votos a favor do Partido Social Democrata, Partido CHEGA, CDS/Partido Popular e do deputado municipal Mário Manuel Branco Matos, em representação do presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e uma abstenção do Bloco de Esquerda. -----*

*--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido CHEGA, do seguinte teor: -----*

*"MOÇÃO - Projeto de Cães Terapeutas nas Escolas -----*

*As Terapias Assistidas por Animais (TAA) são cada vez mais utilizadas e recomendadas para melhorar funções físicas, emocionais, relacionais e cognitivas de pessoas que necessitam de um tratamento através da participação de um animal. -----*

*Os cães aceitam-nos como somos e esse facto faz com que se gere um forte vínculo com o paciente. A Intervenção educativa e a Terapêutica Assistida por Cães são interações em que um cão de terapia é incorporado como parte do processo educativo ou terapêutico com o objetivo de promover a melhoria das funções físicas, sociais, emocionais e cognitivas. -----*

*As investigações mostram-nos que a presença de um cão de terapia está associada a sensações de tranquilidade e relaxamento. Está também associada a um aumento da interação social. Este tipo de terapia não substitui as terapias clínicas nem os métodos educativos é sim uma forma de completar os mesmos. -----*

*Relativamente aos benefícios educativos a terapia com cães fomenta o desenvolvimento da aprendizagem através do jogo, conseguindo reduzir comportamentos indesejados. É uma intervenção orientada por objetivos, planeada e estruturada. -----*

*Há semelhança do que se passa noutros municípios de Portugal, o deputado eleito pelo Partido CHEGA vem desta forma, apresentar a esta Assembleia uma moção que tem como objetivo a Câmara Municipal de Tomar incluir a terapia assistida por cães nos programas letivos, beneficiando alunos identificados no concelho de Tomar com necessidades educativas especiais, celebrando protocolo com uma associação especializada. -----*

*Pretendemos proporcionar a possibilidade de sessões de Cinoterapia em alunos com perturbações do espectro do autismo, perturbações de hiperatividade, défice de atenção, síndrome de Down entre outras. -----*

*Esta prática educativa tem benefícios cientificamente reconhecidos, infelizmente pouco generalizada*



no nosso país. -----

O Município tem o dever de apoiar a promoção de um processo de ensino/aprendizagem inclusivo, que responda à diversidade de características e necessidades de todos os alunos, sem exceção, tendo em vista o sucesso educativo. Além desse sucesso educativo pretende-se melhorar a qualidade de vida de crianças e jovens com deficiência, incapacidades, em risco de exclusão social, hospitalizadas em longa duração e outras necessidades especiais suscetíveis de intervenção. -----

--- O deputado eleito pelo Partido CHEGA, Américo Costa". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com quinze votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Partido CHEGA e CDS/Partido Popular e dezassete abstenções do Partido Socialista Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do deputado municipal Mário Manuel Branco Matos, em representação do presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada um voto de louvor do grupo municipal do Partido Social Democrata, do seguinte teor: -----

"Voto de louvor - Serviços Administrativos da Assembleia Municipal de Tomar -----

O ano de 2022 coincidiu com o primeiro ano completo do Mandato desta Assembleia Municipal, e acarretou para todos, novos desafios, e novas metas. -----

Os Serviços Administrativos de apoio aos nossos trabalhos mantiveram a sua estrutura, mas foi exigido ao elemento que o compõe um esforço redobrado, e atenção permanente. -----

É de justiça elementar reconhecer a resposta intocável e o esforço redobrado dos Serviços Administrativos de apoio à Assembleia Municipal, que se mantiveram sempre atentos e solícitos. Por isso, propomos que seja celebrado um Voto de Louvor aos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal de Tomar. -----

Tomar, 14 de dezembro de 2022 -----

O Grupo Municipal do PSD". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Social Democrata, do seguinte teor: -----

"Moção - Por uma discussão ao Plano Ferroviário Nacional -----

Conforme tem vindo a ser amplamente divulgado pelo Governo Central, o Plano Ferroviário Nacional (PFN) é o instrumento que irá definir a rede ferroviária que assegura as comunicações de interesse nacional e internacional em Portugal. Com este plano, pretende-se conferir estabilidade ao planeamento da rede ferroviária para um horizonte de médio e longo prazo. -----

A adoção de um Plano Ferroviário Nacional está prevista no programa do XXII Governo Constitucional, que também estabelece como objetivos levar a ferrovia a todas as capitais de distrito, reduzir o tempo de viagem entre Lisboa e Porto e promover melhores ligações da rede ferroviária às infraestruturas portuárias e aeroportuárias. Além desses, o PFN deverá assegurar uma cobertura adequada do território e a ligação dos centros urbanos mais relevantes, bem como as ligações transfronteiriças ibéricas e a integração na rede transeuropeia. Deverá ainda garantir a integração do modo ferroviário nas principais cadeias logísticas nacionais e internacionais. ---O Plano Ferroviário Nacional está agora em fase de consulta pública e todos os documentos relativos à apresentação, mapas e de diagnóstico podem ser visualizados no sítio do Governo <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/plano-ferroviario-nacional> -----

É necessário envolver o Município de Tomar nesta discussão, já que no concelho somos servidos pelo Ramal de Tomar, assim como pela Linha do Norte, com ênfase para a estação em Vale dos Ovos. --- Aliás, o próprio ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, afirmou já que espera que associações, coletividades, autarquias e "todo o país" participem na discussão do Plano Ferroviário Nacional, aquando da apresentação do plano para discussão pública. -----

O prazo para apresentar propostas para discussão pública é até 28 de fevereiro. É necessário que a Câmara de Tomar se envolva ativamente na discussão pública. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 16 de dezembro de 2022 delibera: -----

- Que seja convocada com caráter de urgência a Comissão Permanente, no sentido de apresentar um conjunto de propostas à fase de Consulta Pública do Plano Ferroviário Nacional; -----
- Que esse documento seja submetido ao Presidente da Assembleia Municipal, até à primeira semana de fevereiro de 2023; -----
- Que seja convocada uma Assembleia Extraordinária, para aprovação desse documento/contributo -----



para discussão pública, a qual deverá submeter o mesmo ao órgão responsável pela discussão pública, até ao dia 28 de fevereiro de 2023. -----

Tomar, 14 de dezembro de 2022 -----

O Grupo Municipal do PSD". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Social Democrata, do seguinte teor: -----

"Moção - Pela Defesa e Despoluição do Rio Nabão -----

Sabendo que: -----

- O respeito pela natureza é um dos pilares basilares para uma sociedade saudável;-----
  - O rio Nabão é um rio muito importante para Tomar, tanto pela sua fauna como pela sua flora; -----
  - É um orgulho para todos os Tomarenses exibirem os encantos de um rio que atravessa o Concelho;-
  - O município reconhece a problemática de todas as descargas poluidoras oriundas de atividade humana criminosa; -----
  - O agravamento gradual de tais descargas terá prejuízos irreversíveis, com consequências para o ambiente e para o seu equilíbrio natural ao longo do seu percurso; -----
  - O rio Nabão tem impacto, não só do ponto de vista ecológico e de proteção da biodiversidade, mas também do ponto de vista do desenvolvimento económico e turístico;-----
  - Nos últimos dias todos os tomarenses têm observado imagens que podemos apelidar com clara evidência, de desastre ambiental. Na verdade, um cenário "dantesco", onde se observou permanentemente mantos de espuma e cargas de poluição que contaminam o "nosso" rio ao longo de quilómetros;-----
  - O Conselho Municipal do Ambiente, aprovado em Assembleia Municipal, no dia 31 de julho de 2021, poderia ter tido, e ainda eventualmente ter, um papel crucial nesta matéria, nomeadamente no reforço da pressão política e mediática, mas que por inércia e falta de interesse nunca foi constituído. -----
- Considerando os factos anteriormente mencionados, considera-se urgente a adoção das seguintes medidas: -----
- Constituição do Conselho Municipal do Ambiente; -----
  - A adoção de medidas urgentes que garantam o controlo da qualidade da água do rio Nabão; -+ Uma ação rigorosa, exemplar e consequente fiscalização ambiental de combate à poluição, que atue e penalize a mão criminosa de agentes poluidores; -----
  - Que a Câmara Municipal denuncie esta situação junto da Comunicação social local e nacional, e adote medidas de luta mediática na defesa do Rio, nomeadamente com o apoio de movimentos populares junto do Ministério do Ambiente; -----
  - Que o executivo no poder exerça mais pressão política junto das instâncias, nomeadamente com o agendamento de uma reunião com caráter de urgência com o Ministro do Ambiente;-----
  - Remeter a presente Moção a Suas Excelências o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-ministro, ao Ministro do Ambiente, à Agência Portuguesa do Ambiente e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República. Nunca é tarde para agir, mas a cada dia que passa se torna mais difícil reverter a situação e corrigir os danos causados no passado. Pelo nosso rio há que agir hoje! -----

Tomar, 14 de dezembro de 2022 -----

O Grupo Municipal do PSD". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: -----

"MOÇÃO - Abolição de Portagens na A23 e no troço da A13 entre a Atalaia, de Vila Nova da Barquinha, e Ferreira do Zêzere -----

Considerando que a Comissão de Utentes dos Serviços Públicos do Médio Tejo lançou um abaixo assinado exigindo a abolição das portagens nas autoestradas na A23 e na A13. Abaixo-assinado que já recolheu mais de 10 000 assinaturas. -----

Considerando que a existência de portagens na A23 e na A13 desde a sua criação continua a ser um grave problema para a mobilidade de pessoas e bens, assim como um entrave ao desenvolvimento social e económico da região e do país. Porque não estão a contribuir para a coesão territorial e estarem a potenciar os problemas ambientais nas zonas urbanas além de afetar a segurança rodoviária. -----



Considerando a aprovação em 26 de fevereiro de 2016 pela Assembleia Municipal de Tomar, por unanimidade, com 32 deputados presentes, da moção apresentada pela CDU sobre a abolição das portagens na A23. -----

Considerando a aprovação em 29 de abril de 2016 pela Assembleia Municipal de Tomar, por maioria, com 20 votos, do PS, IpT, CDU e BE e 12 abstenções do PSD, da moção apresentada pela CDU sobre a abolição das portagens na A23 e na A13, entre Atalaia (Vila Nova da Barquinha) e Ferreira do Zêzere. Considerando a aprovação em 29 de junho de 2018 pela Assembleia Municipal de Tomar, com 4 votos da CDU, BE e IpT e 28 abstenções do PS e do PSD a moção apresentada pela CDU sobre a abolição das portagens nas A23 e A13. -----

Considerando a aprovação em 25 de novembro de 2019 pela Assembleia Municipal de Tomar, por unanimidade, com 32 deputados presentes, a moção apresentada pela CDU sobre a abolição das portagens na A23 e na A13, entre Atalaia (Vila Nova da Barquinha) e Ferreira do Zêzere. ---- Considerando que todas estas anteriores moções aprovadas o foram também porque estas vias, a A23 e a A13, foram sempre consideradas como fundamentais no acesso aos cuidados de saúde tendo em conta que as três unidades que constituem o Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT) se encontram em três cidades diferentes, Abrantes, Tomar e Torres Novas. -----

Atendendo a todos os considerandos apresentados à Assembleia Municipal, reunida a 16 de dezembro de 2022, apela-se ao Executivo da Câmara Municipal de Tomar que interceda junto do Governo para que sejam tomadas as medidas necessárias para abolir as Portagens nas A23 e neste troço da A13.- Esta moção, se aprovada, deve ser enviada aos gabinetes do Senhor Primeiro-Ministro, do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, e ainda, para conhecimento, aos grupos parlamentares da Assembleia da República e às Assembleias Municipais dos concelhos atravessados pelas A23 e A13. Deve ainda ser enviada a todos os órgãos da comunicação social locais e regionais. ----- Tomar 16 de dezembro de 2022. -----

O Grupo Municipal da CDU • Bruno Graça • Francisco Santos”. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: -----

“MOÇÃO CTT – Por um serviço postal público de qualidade -----

Os Correios são um instrumento insubstituível para a coesão social, económica e territorial do nosso país. São um serviço público muito importante. -----

Infelizmente temos assistido ao fecho de Estações e Postos de Correio, à destruição de postos de trabalho, a aumentos de tarifas, à venda de património, através de uma gestão que tornou este serviço, hoje, mais lento do que há 30 anos, perante o silêncio e cumplicidade da ANACOM. Mais do que uma empresa que garanta lucros e dividendos, os Correios devem ser o garante de um Serviço Postal Universal efectivamente ao serviço do país e das populações, ao serviço da economia e do desenvolvimento, com uma gestão que vise o equilíbrio económico-financeiro e o investimento na melhoria permanente da sua qualidade. -----

O Concelho de Tomar não é excepção. A população do Concelho há muito que vem sentindo intensamente a degradação dos serviços dos CTT e as suas consequências. -----

Actualmente, no Centro de Distribuição Postal de Tomar, operam 22 trabalhadores efectivos e 12 trabalhadores com vínculo precário (36% do total de trabalhadores) para darem resposta aos 28 giros instituídos. -----

Para qualificar o serviço postal no nosso Concelho são não só precisos mais carteiros como é necessário acabar com o recurso à precariedade laboral, para satisfazer necessidades permanentes de trabalhadores, o que causa grande instabilidade laboral, pessoal e familiar. Manter a actual situação é aceitar que as populações e a economia sejam fortemente penalizadas, pois veem o seu correio ser entregue muitas vezes com atrasos superiores a duas semanas. -----

Os CTT, embora sejam, actualmente, uma empresa privada, tem obrigações para com o Estado Português, e deve cumpri-las. -----

A Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 16 de dezembro de 2022, decide: -----

1. - Manifestar, ao Governo, a sua insatisfação pela insuficiente qualidade dos serviços de distribuição postal que estão a ser prestados no Concelho; -----

2. - Solicitar a intervenção da ANACOM exigindo a qualificação do serviço público postal; -----

3. - Manifestar solidariedade aos trabalhadores dos CTT na sua luta por salários justos, pela sua qualificação e melhores condições de trabalho, pelo preenchimento dos postos de trabalho vagos e pela admissão de trabalhadores em número suficiente para que os CTT voltem a prestar um Serviço -----



*Postal de qualidade, que volte a ser motivo de orgulho quer para os trabalhadores que o prestam quer para as populações que o usufruem. -----*

*Esta moção, se aprovada, deve ser enviada ao gabinete do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, à Anacom e à imprensa local e regional. -----*

*Tomar 16 de dezembro de 2022 O Grupo Municipal da CDU-----*

*• Bruno Graça -----*

*• Francisco Santos”. -----*

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os senhores deputados municipais Alexandre Manuel Cardoso Antunes e Francisco José Godinho Santos, não participaram na discussão e votação deste ponto, por serem trabalhadores dos CTT. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com vinte e nove votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, CDS/Partido Popular, Bloco de Esquerda, e do deputado municipal Mário Manuel Branco Matos, em representação do presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e uma abstenção do Partido CHEGA. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: -----

*“MOÇÃO - Valorizar os Cuidados de Saúde Primários no nosso Concelho -----*

*O Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Médio Tejo é a entidade que assume a competência de gerir a prestação de Cuidados Primários de Saúde neste território que abrange cerca de 225 mil utentes dos quais actualmente cerca de 50 mil estão sem médico de família. Para resolver este preocupante problema seria necessário contratar, de acordo com o ACES, mais cerca de 30 médicos, objectivo que não tem sido possível àquela entidade concretizar. -----*

*No nosso Concelho, mais de 4 mil utentes continuam sem médico de família. -----*

*Esta situação espelha as actuais enormes dificuldades que transversalmente atravessam o Serviço Nacional de Saúde (SNS) quer ao nível dos Cuidados Primários, quer ao nível Hospitalar, quer ao nível dos Cuidados Continuados. -----*

*Nos últimos meses em algumas freguesias do nosso Concelho tem-se registado dificuldades acrescidas nas inscrições de novos utentes nas Extensões de Saúde, que actualmente servem as freguesias aonde os utentes residem. Porque a esses novos utentes é-lhes sugerido que o façam em Extensões de Saúde a funcionar noutras freguesias. -----*

*Há já alguns anos passou-se algo de semelhante no Concelho, numa tentativa de transferência dos utentes residentes nas freguesias rurais para os cuidados primários disponibilizados na cidade. -----*

*As populações e autarcas resistiram a essas pressões e as Extensões de proximidade rurais foram salvaguardadas. -----*

*Face às actuais dificuldades é justo que os organismos responsáveis pelos Cuidados Primários de Saúde procurem encontrar soluções para melhor servirem os utentes. Mas essas soluções devem ser encontradas sem que os interesses de alguns ponham em causa o interesse de todos. Assim a Assembleia Municipal de Tomar mostra total disponibilidade para trabalhar com o ACES do Médio Tejo, na procura das melhores soluções para a prestação de Cuidados de Saúde à população do Concelho, soluções que não podem deixar de ser igualmente ponderadas pelos autarcas das freguesias do Concelho. -----*

*Esta moção, caso seja aprovada, deve ser enviada à ARS de Lisboa e Vale do Tejo, ao ACES do Médio Tejo, à Câmara Municipal de Tomar, Juntas e Assembleias de Freguesia de Tomar. Tomar 16 de dezembro de 2022-----*

*O Grupo Municipal da CDU -----*

*• Bruno Graça -----*

*• Francisco Santos”. -----*

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com trinta e um votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, CDS/Partido Popular, Bloco de Esquerda, e do deputado municipal Mário Manuel Branco Matos, em representação do presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e uma abstenção do Partido CHEGA. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Socialista, do seguinte teor: -----

*“Grupo Municipal do PS - Acompanhamento às famílias e instituições particulares de solidariedade social - MOÇÃO -----*

*O país e o mundo vivem hoje tempos muito difíceis. Após uma crise sanitária, com inúmeros impactos*



*económicos, mas sobretudo sociais e humanos impossíveis de quantificar, segue-se uma guerra às portas da Europa sem fim à vista.* -----

*Não vivemos confrontados com explosões e bombardeamentos, e uma vez mais expressamos a nossa solidariedade com o povo Ucrainiano, mas todos nós sofremos consequências económicas dessa guerra.* -----

*A taxa de inflação tem registado subidas galopantes nos últimos meses alterando as disponibilidades do orçamento familiar, a que se juntam as subidas significativas nas taxas de juro, implicando uma redução significativa do orçamento disponível para todos os agregados com empréstimos, nomeadamente empréstimos à habitação.* -----

*O ano de 2023 prevê-se particularmente difícil para as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e para as famílias que serão confrontadas com o aumento dos seus gastos por via do aumento das taxas de juro e da inflação.* -----

*Desta forma, será necessário que durante o próximo ano sejam criadas as respostas necessárias para auxiliar estas famílias e instituições com dificuldades emergentes.* -----

*Desta forma, solicitamos à Câmara Municipal de Tomar que mantenha e reforce um olhar atento sobre a área social, de forma a encontrar a melhor forma de apoiar estas famílias e instituições a superar as dificuldades dos próximos tempos.* -----

*Tomar, 14 de dezembro de 2022* -----

*O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA".* -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com trinta e um votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, CDS/Partido Popular, Bloco de Esquerda, e do deputado municipal Mário Manuel Branco Matos, em representação do presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e uma abstenção do Partido CHEGA. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Bloco de Esquerda, do seguinte teor: -----

*"Moção - Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro) -O 25 de novembro foi instituído pela Organização para as Nações Unidas (ONU) como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. E, em Portugal, tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres. Ano após ano, os números da violência contra as mulheres continuam a envergonhar a sociedade portuguesa. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) mais recente, em 2021 a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal (26 520 queixas), representando 28,9% de todos os crimes contra pessoas praticados em Portugal. Sendo que do total de vítimas de violência doméstica, a maioria são mulheres e raparigas (74,90%), enquanto a maioria dos denunciados são homens (81%). A marca de género na violência sobressai também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, conforme demonstra o RASI 2021. O crime de violação aumentou 26% (+ 82 casos), em relação ao ano transato. 98,1% dos arguidos são homens e 94,3% das vítimas são mulheres. Nos casos de abuso sexual de menores, 95,6% dos arguidos são homens e as suas vítimas correspondem a 83,1% de raparigas e 16,9% de rapazes. Em Portugal, o Observatório de Mulheres Assassinadas (UMAR) registou entre 1 de janeiro e 15 de novembro de 2022: 28 mulheres assassinadas, tendo 22 sido vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e 6 assassínios, 3 em contexto familiar, uma em contexto de crime, uma em contexto de uma discussão pontual e uma em contexto omissivo. Em 55% dos casos existia violência prévia contra a vítima e em 7 já havia sido apresentada queixa às autoridades. Em 5 casos as vítimas já tinham sido ameaçadas de morte pelos homicidas e, em todos os casos, a violência de que eram vítimas era do conhecimento de terceiros. O relatório recorda o nome de cada uma das vítimas: Alda Guterres, Cássia Ciriaco, Celestina Ferreira, Cláudia Serra, Cleidisalete Silva, Denise Rosa, Elsa Luz, Lucília Brandão, Madalena Macieirinha, Maria da Conceição Sousa, Maria Luísa, Maria Otília Borges, Marta Carvalho Santos, Olga Pires, Sandra Cristina Rocha, Sara Barros, Silvana Moraes, Sílvia Mendes, Sónia Marisa Barros, Susana Paula Amaral Sousa, Vânia Coelho e mulher não identificada, de 73 anos A Assembleia Municipal de Tomar, reunida em 16 de dezembro de 2022, saúda as iniciativas do dia 25 de novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, movimentos e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência e lutam pela erradicação da violência na sociedade portuguesa e em todo o mundo.* -----

*Tomar, 16 de dezembro de 2022* -----

*O deputado municipal do Bloco de Esquerda Paulo Mendes".* -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com trinta e



um votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, CDS/Partido Popular, Bloco de Esquerda, e do deputado municipal Mário Manuel Branco Matos, em representação do presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e uma abstenção do Partido CHEGA. -----

--- Entrando no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 30.11.2022, sobre as **“Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Tomar para o ano de 2023”**, ao abrigo da alínea c), do nº 1, do artº. 33º, e da alínea a), e o), do nº 1, do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: senhora Presidente da Câmara Municipal; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular; senhora Presidente da Câmara Municipal; (2ª intervenção); João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata; Paulo Alexandre Martins Mendes, do Bloco de Esquerda; senhora Presidente da Câmara Municipal, (3ª intervenção); Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária; João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); David Manuel Cascaes Alves, do Partido Social Democrata; senhora Presidente da Câmara Municipal; (4ª intervenção); António Manuel Lourenço dos Santos, do Partido Social Democrata; Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista; Carlos Manuel da Graça Simões Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira; Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata; Carla Maria Freitas Santos Joaquim, do Partido Social Democrata; Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária (2ª Intervenção); João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (3ª intervenção); Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (2ª intervenção); Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA; Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista (2ª intervenção); Carlos Manuel da Graça Simões Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira (2ª intervenção); senhora Presidente da Câmara Municipal; (5ª intervenção); António Manuel Lourenço dos Santos, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (4ª intervenção) e Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista (3ª intervenção). --- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com catorze votos a favor do Partido Socialista, treze votos contra do Partido Social Democrata, Partido CHEGA e CDS/Partido Popular e quatro abstenções da Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do deputado municipal Mário Manuel Branco Matos, em representação do presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, do grupo municipal dos Independentes dos Nordeste. -----

--- O grupo municipal do Partido CHEGA, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: *“Declaração de Voto – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapas de Pessoal do Município de Tomar – Congratulamos o executivo socialista por considerar nas Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal as propostas do partido CHEGA sobre a forma de contratação de empresas para a limpeza do Rio Nabão, e por considerarem também as nossas propostas para a criação de um Parque para Feiras assim como a criação de um Skate Parque. -----*

*O partido CHEGA tem uma visão claramente diferente da estratégia para o concelho de Tomar em relação ao que é proposto por este executivo socialista, na nossa opinião o concelho «caminha para a estagnação e retrocesso», o proposto pelo executivo, não deixa «uma esperança para os anos vindouros».* -----

*«Não se promove a criação de atrativos para as empresas nem existe investimento. Essa inoperância tem liderado a dificuldade e impossibilidade de fixar a população jovem ou atrair quem queira voltar às origens».* -----

*O Deputado eleito pelo Partido CHEGA considera que as medidas previstas para 2023 «não contêm os meios imprescindíveis» para travar a perda e o envelhecimento da população do concelho de Tomar como verificamos nos últimos Censos, nem para criar atrativos e investimento no concelho, levantando a questão», porque ficaram por executar verbas neste sector?» -----*

*O executivo lamenta-se do aumento dos custos, «mas» que não dá, «mas o, mas não passa dali», «faz um choradinho do problema, mas não tem uma política de estratégia definida para tentar resolver estes percalços que não seja simplesmente o aumento da despesa».* -----

*Votar a favor deste orçamento seria uma traição aos Tomarenses em especial aos que fizeram do partido CHEGA a terceira maior força política do Concelho de Tomar.* -----

*O Relatório intercalar é outra «sinfonia musical», uma vez que é o próprio executivo a fornecer lenha para se queimar.* -----

*Assim, há três vertentes que convém destacar. Obras municipais, despesas com pessoal e compras.*



Handwritten signature or initials in the top right corner.

*Nas obras municipais, é praticamente um escândalo o que se gasta com obras a mais, trabalhos extraordinários e outras revisões, tudo provocado por má elaboração dos projetos. -----*

*Porquê essa má elaboração sistemática de projetos? -----*

*Porque é que os técnicos superiores municipais nunca se dão conta antes do início da obra? -----*

*Por vezes ficamos a pensar qual o motivo para essa cegueira tão conveniente? -----*

*Outra vergonha são as despesas com pessoal, que estão na ordem dos 50% das despesas correntes. Convinha que a câmara explicasse em detalhe o considerável aumento das horas extraordinárias, sobretudo com o pessoal do turismo. A que se deve tal aumento? Visto que existe manifestamente funcionários a mais? -----*

*Finalmente, na questão das compras é óbvio que há «gato escondido com o rabo de fora», sobretudo com a aquisição de combustíveis. Ficamos com a ideia que anda alguém (não se sabe quem) a encher o bolso à custa do município. -----*

*Em conclusão, o que resulta disto tudo, é a confirmação de que a Câmara não controla minimamente os seus serviços, sobretudo no Urbanismo e Obras municipais, sem esquecer o facilitismo do Turismo com horas extraordinárias, cuja justificação se afigura difícil. -----*

*O deputado eleito pelo Partido CHEGA tomou a decisão de votar contra a deliberação da Câmara de 30 de novembro de 2022, sobre as Grandes Opções do plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Tomar para o ano de 2023. -----*

*Tomar, 16 de dezembro de 2022. O deputado eleito pelo partido CHEGA, Américo Costa”. -----*

--- Entrando no **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 28.11.2022, sobre a **“Atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de primeiro e segundo grau e ao coordenador de proteção civil”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 24º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: senhora Presidente da Câmara Municipal e de Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com vinte e oito votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do senhor deputado municipal Mário Manuel Branco Matos, em representação da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e duas abstenções do Partido Socialista e do Partido CHEGA. -----

--- A senhora deputada municipal Sílvia Paula Rosa Silva, do Partido Socialista, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: **“Atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de primeiro e segundo grau e ao coordenador de proteção civil – A partir de dezembro de 2012 a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal têm sido confrontadas com a necessidade de decidir anualmente a atribuição de despesas de representação a alguns dos dirigentes municipais. -----**

**Tal resultou da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que fez depender a atribuição desse abono de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara. -----**

**Entendo que as chamadas despesas de representação constituem um suplemento remuneratório, que distingue os cargos dirigentes, mas acentua as assimetrias nos salários dos trabalhadores municipais. E entendo que não devem ser cerceados direitos remuneratórios aos trabalhadores, bem antes pelo contrário, devem ser mesmo ampliados em especial para aqueles que menos ganham e que mais dificuldades têm para fazer face à sua vida e das suas famílias. -----**

**Sublinho NEGATIVAMENTE a decisão do Governo de 2012 em endossar para os Municípios as responsabilidades na decisão nesta matéria, as quais poderão até criar desigualdades de tratamento da matéria em diferentes Municípios. -----**

**Por tais razões sempre me absteve em todas as votações anuais sobre a atribuição de despesas de representação a dirigentes municipais em que participei. -----**

**Face ao exposto, em coerência e mais uma vez, me abstenho na votação da proposta do Executivo Camarário de ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1º E 2º GRAUS E AO COORDENADOR MUNICIPL DE PROTEÇÃO CIVIL. -----**

**Tomar, 16 de dezembro de 2022. A Eleita do Grupo Municipal do Partido Socialista, Sílvia Paula Rosa da Silva”. -----**



--- Entrando no **Ponto Três** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 28.11.2022, sobre a “**Abertura de procedimento concursal para dirigentes intermédios de segundo grau**”, ao abrigo do nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária e de Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado com trinta e um votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do senhor deputado municipal Mário Manuel Branco Matos, em representação da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e uma abstenção do Partido CHEGA. -----

--- Entrando no **Ponto Quatro** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 30.05.2022, sobre o “**Contrato interadministrativo de delegação de competências na União das Freguesias de Serra e Junceira**”, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea m), do nº 1, do artigo 33º, e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA e senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado com trinta e um votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do senhor deputado municipal Mário Manuel Branco Matos, em representação da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e uma abstenção do Partido CHEGA. -----

--- Entrando no **Ponto Cinco** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 30.11.2022, sobre a “**Autorização para a realização de despesas plurianuais – Delegação na Presidente da Câmara Municipal de competência da Assembleia Municipal**”, ao abrigo das disposições da alínea c), do nº1, e do nº 3, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado com trinta e um votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do senhor deputado municipal Mário Manuel Branco Matos, em representação da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e uma abstenção do Partido CHEGA. -----

--- Entrando no **Ponto Seis e Sete** da Ordem de Trabalhos “**Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar**”, ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e “**Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia**”, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular; David Manuel Cascaes Alves, do Partido Social Democrata; Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata; Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA; Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária; Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); senhora Presidente da Câmara Municipal; Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária (2ª intervenção); Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata (3ª intervenção); David Manuel Cascaes Alves, do Partido Social Democrata (2ª intervenção) e senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção). -----

--- As Deliberações tomadas nesta sessão foram aprovadas em minuta. -----

--- Nada mais havendo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada a presente ata que, depois de lida, vai ser assinada por mim, Maria de Fátima R. da Costa Graça Duarte, Primeira Secretária, que a redigi e pelo Presidente da Mesa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

Presidente da Assembleia Municipal,

Hugo Miguel Carvalho dos Santos Costa

A Primeira Secretária,

Maria de Fátima R. da Costa Graça Duarte

---

Luis Miguel Madeira Antunes Barroca da Cunha